A Conquista do Semiárido: desertificação e gado nos escritos de Capistrano de Abreu

Ricardo Alexandre Santos de Sousa^{1*}

RESUMO

SOUSA, R. A. S. de. **A Conquista do Semiárido: desertificação e gado nos escritos de Capistrano de Abreu.** A conquista do semiárido brasileiro foi um grande desafio para os colonizadores que aqui chegaram. O regime de chuvas escassas, vegetação exótica para o olhar europeu e a dificuldade de localização em meio às longas caminhadas, fez com que a maior parte dos colonizadores preferisse se fixar ao longo da costa. O gado bovino, instrumento importante na conquista da caatinga, desencadeou o processo de desertificação da área, o que vem se perpetuando ao longo de nossa história. Capistrano de Abreu percebeu o processo de degradação em seus escritos. Entretanto, a visão da ciência de seu tempo era calcada na crença de que o progresso consistia em subjugar as forças da natureza. Sendo assim, lamentava a destruição tomando-a como parte de um processo inevitável.

Palavras-chave: semiárido; Capistrano; desertificação.

ABSTRACT

SOUSA, R. A. S. de. **The conquest of the Semi-arid: desertification and cattle in Capistrano de Abreu's writings.** The conquest of Brazilian semi-arid region was a major challenge for the European settlers who arrived here. The scanty rainfall, the exotic vegetation and the difficulty to establish themselves in the midst of long journeys, made most of them to settle along the coast. The cattle, important tool in conquering (winning) the caatinga, started the process of desertification of the area, which continues to exist throughout our history. Capistrano de Abreu realized (remarked) the degradation process in his writings. However, the scientific vision at that (his) time was grounded in the belief that progress was to subdue the forces of nature. So, in spite of regretting (lamenting) the destruction, he took it as part of an inevitable process.

Key words: semi-arid; Capistrano; desertification.

Ao passo que a caatinga o afoga [o viajante]; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante... (CUNHA, 2003).

O massapê é acomodaticio. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger da areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-índia e o broto da cana, com o mesmo enjoo de quem repelisse uma afronta ou uma

intrusão. A doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões. (FREYRE, 1985).

Do que não pode haver dúvida é que as caatingas pouco remuneraram a lavoura, como então, mais ainda hoje, se praticava, - simples latrocínio da natureza, sem compensação alguma oferecida por parte do homem. Urgia dar-lhes destino, mesmo porque a área dos catingais era enorme, e descurá-la tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do país. A criação do gado resolveu o problema. (ABREU, 1975).

Os três trechos que se encontram na epígrafe deste trabalho foram produzidos entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX. Neles, tanto Euclides da Cunha quanto Gilberto Freyre e ainda Capistrano de Abreu fazem saltar aos olhos o fato do semiárido brasileiro ser um ambiente inóspito, quase incompatível com a vida. Essa percepção da caatinga como meio degradado serve para cada um dos autores citados a um diferente propósito: Cunha descreve tal ambiente como o palco ideal, em que o destempero da natureza associa-se ao destempero dos que por aquele cenário circulam – retirantes, cangaceiros, volantes, beatos (OLIVEIRA, 1998); Freyre trataria de decantar a doçura do solo massapê em contraste entre a natureza “raivosa” da caatinga. O primeiro, estendendo-se desde o Recôncavo Baiano até certos trechos do Maranhão, atrairia para dentro de si não somente as raízes das canas-de-açúcar, mas das mangueiras, das jaqueiras, bem como o alicerce das casas e igrejas, os pés dos homens e as patas dos bois e com tudo isso o próprio gérmen civilizador (FREYRE, 1985); Capistrano de Abreu, por meio da investigação incansável da documentação, construiria uma história do Brasil que transpassasse o paradigma de Varnhagen, para quem o marco inicial da nacionalidade brasileira seria a expulsão dos holandeses do litoral nordestino com base na união das três raças formadoras: o índio, o negro e o branco (GONTIJO, 2005).

Capistrano, diferentemente, buscava no interior, sobretudo na caatinga e não no litoral, um caráter nacional ou ainda o gérmen de uma nação. Segundo sua perspectiva, naquele momento havia apenas núcleos de povoamento que não se comunicavam e um centro distante, situado no além-mar. Justamente no interior, longe do olhar regulador da metrópole, é que haveria de surgir a nacionalidade tipicamente brasileira.

Os autores citados nos dão exemplo do quanto a natureza, e especificamente a caatinga como meio ambiente, figurava no imaginário dos literatos que buscavam um sentido na nacionalidade brasileira em fins do século XIX e início do século XX.

Cada um daqueles estudiosos via o meio ambiente como tendo um propósito na formação da nacionalidade. Tal vertente do pensamento intelectual foi quase completamente banida dos estudos históricos. Isto se deu devido a certo temor por parte dos historiadores de incorrerem no chamado “determinismo geográfico”. Tal determinismo valia-se de argumentos ligados ao meio ambiente para condenar uns ao irremediável subdesenvolvimento, enquanto outros seriam alçados ao patamar de protagonistas da civilização. Evidentemente, os agraciados com esta segunda perspectiva eram os colonizadores europeus.

A tentativa de escapar ao citado determinismo acabou por praticamente banir da análise histórica as condições ambientes como fatores relevantes na construção da vida e da cultura, quadro que vem sendo atualmente revisitado na esteira da história ambiental.

Abre-se, portanto, a possibilidade de diálogo entre a historiografia atual e a produção intelectual de outras épocas, como aquela dos autores citados na epígrafe.

Evidentemente, não se pode tomar a análise de tais autores sem uma mediação metodológica que os localize em seu tempo, inserindo-os nos diálogos travados na época.

No presente artigo, procuramos examinar escritos do historiador brasileiro Capistrano de Abreu e sua percepção acerca da conquista do semiárido, a utilização do gado *vacum* neste processo e a feitura do caráter nacional em meio a tal empreendimento.

Capistrano de Abreu nasceu no município de Maranguape, na então província do Ceará, no ano de 1853. Desde muito cedo, o menino, filho de família de proprietários rurais da região, cultivava o hábito da leitura. Contudo, suas incursões no ensino secular foram frequentemente malogradas. Capistrano lia compulsivamente o que lhe despertava o interesse, o que nem sempre estava de acordo com a grade curricular das instituições de ensino. Foi o que ocorreu na Faculdade de Direito de Recife, para onde seu pai o enviara a fim de prestar exames de admissão sem que o rapaz tivesse qualquer sucesso.

No entanto, Capistrano, estimulado por leitura de autores cientificistas das últimas décadas do século XIX, voltou sua atenção para a escrita da história. Já em 1875, após travar contato com o escritor José de Alencar, transferiu-se para a corte no Rio de Janeiro, cidade que adotou até os seus últimos dias e que o viu tornar-se o historiador brasileiro mais destacado da época.

Capistrano viveu até 1927, ano em que completaria setenta e quatro anos. A maior parte de sua vida foi dedicada ao estudo da história do Brasil. Ao longo dos anos, há que se observar permanências e descartes em sua produção histórica. Em outras palavras, é natural que um autor longo e ativo como foi Capistrano travasse ao longo da vida diálogos com outros autores, o que certamente repercutiria em sua obra.

Um dos pontos que se pode denominar de permanência na obra daquele autor é um olhar voltado para o meio físico como variável a ser levada em conta na análise da construção da nacionalidade brasileira. Além disso, como filho do sertão, Capistrano tinha um olhar especialmente voltado para o interior nordestino.

Em seus primeiros escritos, com apenas vinte e um anos, Capistrano citava muito frequentemente Henry Thomas Buckle (1821 – 1862). Este era um historiador inglês que alcançou grande popularidade em seus dias. Para Buckle, o meio não somente era variável importante no processo de desenvolvimento, mas fator determinante deste. Segundo o autor inglês, o progresso se observava em lugares em que o clima, a nutrição, o solo e o aspecto geral da natureza levavam o homem a um estado de labor contínuo (BUCKLE, 1865).

Assim, o Brasil não estaria destinado ao progresso. A natureza exuberante dos trópicos não se deixaria dominar pelo homem, mas, ao contrário, dominava-o com gigantescas florestas, chuvas abundantes e um solo que de tão fértil não necessitava ser cultivado para produzir em abundância. Capistrano era familiarizado com relatos das secas que assolavam o interior nordestino, inclusive com a chegada de retirantes a Columinjuba, propriedade de sua família em Maranguape. Apesar disso, com apenas vinte e um anos, tendia a acatar os pressupostos do historiador inglês. Contudo, buscava nos escritos daquele autor uma saída para o mal prognóstico acerca do futuro da nação brasileira.

Buckle afirmava que entre natureza e sociedade haveria uma interação de forças em um movimento de ação e reação. Ou seja, da mesma forma que a natureza agia sobre a sociedade, esta reagia sobre a natureza, modificando-a. Capistrano, portanto, aproveita a brecha para mostrar como por meio da agricultura a sociedade brasileira reagia às forças da natureza modificando-a e, enfim, superando o sentimento de inferioridade frente ao colonizador português, o que se poderia perceber pela literatura indianista característica do Romantismo brasileiro e que culminaria com os movimentos de independência (ABREU, 1976).

A visão de Capistrano tornou-se mais elaborada e sofisticada na medida em que foi amadurecendo como historiador e ao travar contato com outros autores nacionais e de diversas outras nacionalidades como ingleses, franceses e especialmente alemães.

Em 1907, com cinquenta e quatro anos de idade, o historiador lançou *Capítulos de História Colonial*. No livro, percebe-se que o Capistrano maduro não descartou o meio físico como variável a ser levada em conta na construção histórica. Porém, o amadurecimento do autor e as interlocuções que se deram ao longo dos anos mostram clareza metodológica e apuro no trato com as fontes.

No citado livro de Capistrano de Abreu a percepção da conquista da terra, com destaque para a região da caatinga e a importância daquele meio físico na cultura nacional é patente. Percebe-se também, entre outros, o diálogo de Capistrano com autores ligados à antropogeografia alemã, como Friedrich Ratzel (1844-1904).

Ratzel vem sendo deixado de lado pela historiografia contemporânea por seus escritos terem sido associados ao já citado determinismo geográfico. Contudo, apesar da crítica de historiadores como Lucien Febvre e também da radicalização simplista de muitos seguidores do alemão, a obra de Ratzel calca-se muito mais numa visão única da humanidade do que em qualquer tipo de determinismo.

Capistrano de Abreu comungava desde muito jovem com uma percepção não racialista do ser humano. Isso o aproximava de autores como Buckle e posteriormente, de Ratzel.

Em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano privilegiava a interação com o meio na formação da cultura do povo brasileiro. É interessante notar como a própria organização dos capítulos da obra obedece ao modelo proposto por Ratzel em *Volkerkunde* (1885/1888), traduzido para o inglês como *The History of Mankind*.

Tal como o colega alemão, Capistrano começa o livro com uma longa descrição da geografia do território brasileiro, apontando sua latitude, longitude, fronteiras terrestres e oceânicas, cadeias de montanhas, sistema fluvial, vegetação flora e fauna.

Somente depois da longa descrição da geografia física é que o ser humano figurava na história, personificado nos indígenas. Estes, por terem sido os primeiros habitantes do território, seriam os mais bem adaptados. Diferentemente de historiadores que o precederam, a história do Brasil deveria ser resgatada a partir dos “Antecedentes Indígenas” que, aliás, é o título do primeiro capítulo da obra.

Todo ser humano, segundo Ratzel, seria dotado de capacidade mental para criar engenhos que permitiria sua sobrevivência nos mais variados meios físicos. Havia, contudo, diferenças ambientais

que facilitavam ou obstaculizavam tal empreitada. Além disso, era necessário que a cultura adquirida por uma geração contasse com mecanismos de transmissão para as gerações seguintes para que não se perdessem.

Capistrano, ao analisar o estado da civilização indígena, destaca pontos que lhe parecem importantes para que aquela civilização tivesse uma organização social tão diferente da europeia frequentemente tomada como modelo civilizatório. O primeiro ponto em destaque é que faltava ao indígena o auxílio de animais domésticos de grande porte que lhes permitissem alcançar um maior grau de evolução social.

Entre estes animais nem um pareceu próprio ao indígena para colaborar na evolução social, dando leite, fornecendo vestimenta ou auxiliando no transporte; apenas domesticou um ou outro, os mimbabas da língua geral – em maioria aves, principalmente papagaios, só para recreio (ABREU, 2006).

Note-se, na descrição de Capistrano, que faltou aos mimbabas e demais tribos um animal cujos benefícios são reconhecidos facilmente como os que o gado vacum poderia trazer àqueles grupos humanos.

A percepção de que o rebanho bovino teria sido fundamental na conquista do semiárido brasileiro já se mostrava presente em Capistrano, em seu estudo denominado *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1899. Ao discutir a ocupação do semiárido brasileiro, Capistrano expõe a posição de dois autores nacionais que discutiram o tema. Primeiramente Varnhagen, para quem a ocupação da caatinga oferecia menos obstáculos do que regiões de mata fechada. O fato de no clima semiárido a vegetação desfolhar-se anualmente facilitava-lhe a penetração. Além do mais, o colonizador valia-se do que Varnhagen chamou de traçado pela hipotenusa, o que consistia em penetrar pela foz do Rio São Francisco e em determinado ponto no interior atravessar a caatinga rumo ao litoral.

O segundo autor era Theodoro Sampaio, o qual discordava de Varnhagen e afirmava, por sua vez, que se a mata virgem representava perigo pela solidão e a falta de caminhos, na caatinga a paisagem homogênea e a multiplicidade de caminhos levava qualquer viajante menos atento a perder-se. Feito isso, só um milagre o salvaria.

Capistrano ao concordar com Varnhagen dizia:

Pensando bem, parece que a razão está antes com Varnhagen, a caatinga permite sempre a vista do céu e a orientação por ele; os obstáculos que depara resolvem-se com um facão ou uma foice ou a fogo. Os lugares em que ela se aproxima do litoral foram devassados logo. Já em 1584 se tinha ladeado o Orobó, região de grandes matas, e de lá trazido milhares de índios prisioneiros (ABREU, 1975).

Desbravar o território e aprisionar índios não se constituía, contudo, em ocupar a terra. Antes, era visto por Capistrano como maneira de rapidamente degradá-la e despovoá-la. Para que se desse a fixação de população em terreno tão inóspito quanto o sertão nordestino, o gado era visto como elemento essencial.

Nísia T. de Lima chama a atenção para o fato de que na penetração para o sertão brasileiro, o foco não era a perspectiva da fronteira geográfica, mas a fronteira humana. Haveria na penetração para o interior uma simbiose de culturas, pessoas e paisagens (LIMA, 1999).

Capistrano de Abreu percebia naquele ambiente o lugar propício para que, longe do olhar metropolitano, as etnias formadoras da nacionalidade brasileira desenvolvessem um caráter nacional. Neste contexto, o gado era o elemento exógeno que permitia ao homem não somente avançar para o interior, como fixar-se na terra. Além de transportar-se a si mesmo e as mercadorias, o gado fornecia alimento rico em proteína, o leite e seus derivados. Toda estrutura de fixação do homem no semiárido estava baseada no que Capistrano chamou de época do couro.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 2006).

Com base em relatos de 1711 escritos por André João Antonil, pseudônimo e anagrama de João Antonio Andreoni, Capistrano procurava traçar o perfil do trabalhador que penetrava na caatinga com o auxílio indispensável do gado. Eram eles brancos, mulatos, pretos, e também índios que como vaqueiros, procuravam obter algum lucro. Diferentemente da empresa açucareira, fortemente calcada no escravismo, os vaqueiros, depois de quatro ou cinco anos de serviço começavam a ser pagos: “de quatro crias, cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta” (ABREU, 2006). Além disso, havia as reses que se desfiavam do rebanho e outras, que por serem fracas, ficavam impedidas de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores fixavam-se no caminho e por preço muito baixo compravam o gado depreciado para mais tarde revendê-los em boas condições. Essas populações iniciaram pequenas lavouras e negociavam o excedente com os transeuntes. Pouco a pouco começaram o melhoramento das estradas, construíram açudes, plantaram cana e produziram rapadura. A concentração da população ia se adensando com as cores de uma cultura local. Esta era vista por Capistrano como gênese de um caráter nacional desenvolvido longe do olhar controlador da metrópole.

Capistrano de Abreu via na sequidão da caatinga o surgimento de um tipo brasileiro forte, quase heroico. Este precisaria se sobrepor à natureza para não ser engolido por ela. O único companheiro capaz de acompanhá-lo nas veredas do sertão seria o gado vacum.

O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água usados na marinha (ABREU, 2006).

Tantas vantagens enumeradas faziam do gado valioso companheiro na labuta de conquistar as terras áridas da caatinga.

Segundo o autor, as primeiras cabeças de gado chegaram à Bahia vindas de Cabo Verde e depois de Pernambuco e os animais adaptaram-se bastante facilmente. Gabriel Soares escreveu, na época, que as vacas pariam anualmente, a ponto de se ver muitas vezes um bezerro mamar na novilha, enquanto essa mamava na vaca (ABREU, 1975). Exageros à parte, o fato é que o gado desenvolveu-se muitíssimo, fornecendo proteína em abundância para os trabalhadores da empresa açucareira que se expandia na colônia portuguesa.

Capistrano de Abreu percebeu em sua historiografia a importância de tal fato para a definitiva colonização do novo mundo, dando-se conta, no entanto, do processo ambiental destruidor que a empresa colonial implementou. Porém, embora em alguns momentos denunciasse a destruição, parecia, em geral, tomá-la como algo inevitável no processo civilizador e na expansão das fronteiras, o que é de se esperar de um historiador do século XIX.

Evidentemente, a percepção da natureza em Capistrano não poderia ter o caráter ambientalista característico de uma perspectiva de sustentabilidade alheia aos homens de seu tempo. No entanto, o meio ambiente não aparecia como mero figurante na história. A topografia do solo, o curso dos rios, o clima, as chuvas, a caatinga, a floresta eram tão agentes quanto o ser humano, criando possibilidades e deparando-se com impossibilidades no caminho pelo qual se deu o povoamento do território nacional.

Se, por exemplo, os bandeirantes paulistas quase prontamente lançaram-se território adentro, não foi um mero acaso, mas devido às condições que encontraram para fazê-lo. Os rios Tietê e Paraíba do Sul formavam um caminho natural e, além disso, os Tupiniquins, que já haviam vencido a Serra do Mar antes da chegada de Cabral, serviram-lhes de guias, conforme observou em 1907, nos *Capítulos de História Colonial* (ABREU, 2006).

Na análise de Capistrano de Abreu, o homem em sua relação com a natureza, regimes alimentares, coesão social, clima e deslocamento no meio físico é visto como fundamental na formação de uma cultura nacional nascente. O homem biológico não é, de forma alguma, desprezado na análise¹. Percebe-se no discurso de Capistrano, portanto, que o mundo físico influencia significativamente a empresa produtiva e a criatividade humana, o que, nesse aspecto, se encontra de acordo com a definição de história ambiental proposta por David Arnold (ARNOLD, 1996).

No diálogo proposto entre a história contemporânea e a construção histórica de autores como Capistrano de Abreu, vale a pena atentarmos para a presença do meio natural como variável importante na formação da nacionalidade. Tal análise atribui historicidade à relação homem e natureza sem simplesmente englobar todas as manifestações dos autores daquele período sob a égide do determinismo geográfico.

A caatinga como cenário da construção histórica brasileira é um bioma que frequentemente figura no escritos de autores da segunda metade do século XIX e que, contudo, nos é pouco conhecida em seu aspecto físico. Atribuir historicidade a esse meio é também uma importante forma de preservá-lo.

A caatinga, ou o sertão, como é conhecido popularmente o semiárido brasileiro, passa no senso comum como uma região conhecida por todos, mesmo por aqueles que jamais colocaram os pés

em seu solo arenoso, que “range de raiva” nas palavras de Gilberto Freyre. Os conflitos na terra poeirenta ou os retirantes em fuga são popularizados por autores como Ariano Suassuna; os Severinos, herdeiros de cova rasa e ainda “grandes pra seu pouco defunto”, da poesia de João Cabral de Melo Neto figuram há décadas nas aulas de literatura em nossas escolas e ainda as memoráveis músicas de Luís Gonzaga nos aproximam do cotidiano daquelas terras. No entanto, essa aparente intimidade não vai além de seus signos mais óbvios.

A própria delimitação do que vem a ser o semiárido vem sofrendo modificações ao longo dos anos. No ano de 2004, o Ministério da Integração Nacional promoveu um grupo de trabalho interministerial para delimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas. Nessa ocasião, cinco trabalhos foram apresentados como propostas e como critério capaz de substituir o antigo classificador de uma região como semiárida, que era o de índice de precipitação pluviométrica menor que 800 mm, vigente desde 1989.

Ao fim de várias reuniões onde novos critérios foram avaliados, optou-se por uma conjugação de novos e antigos parâmetros, ou seja, manteve-se a medição da precipitação pluviométrica anteriormente citada, conjugada com o nível de aridez Thornthwaite de até 0,5 tomando por base a evapotranspiração potencial, e ainda, um terceiro parâmetro que se baseia na percentagem de risco de ocorrência de anos secos, subúmidos e úmidos. Baseado nesses três fatores, houve um aumento no mapeamento da região conhecida como semiárido brasileiro, incluindo cerca de 114 novos municípios no mapa da região, com o intuito de promover políticas públicas de assistência à população e a implementação de programas que evitem a desertificação, que é o grande pesadelo das regiões semiáridas no mundo².

A caatinga ocupa 925.043 km², ou seja, 55,6% do Nordeste brasileiro (SILVA et al., 2004). É o semiárido mais populoso do mundo, comportando 18% da população brasileira. É o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa que grande parte de seu patrimônio biológico não é encontrado em nenhum outro lugar do mundo. Sua vegetação característica é arbórea arbustiva adaptada àquele clima, com grande variedade de xerófitas - plantas capazes de armazenar água por muito tempo devido a adaptações estruturais. Além disso, grande parte dessa vegetação tem muitos espinhos e há ocorrência de cactos, bromélias e estrato herbáceo durante o inverno (IBAMA, 1999).

O fato de tal bioma ser exclusivamente brasileiro não lhe garantiu, no entanto, qualquer tratamento privilegiado no que diz respeito à sua preservação. Dele, são extraídos de forma abusiva, lenha, carvão, estacas, material para construção, frutos, plantas medicinais, mel, elementos da fauna, etc. Além disso, a vegetação é extremamente importante para a manutenção da pecuária extensiva regional.

Alguns mitos que se popularizaram acerca da caatinga têm contribuído para o descaso de governantes e da população no que diz respeito à importância de preservá-la. Os mais comuns são de que ela é homogênea, tem uma biota pobre em espécies e que se encontra pouco alterada.

Quanto ao primeiro mito, de que se trata de uma região homogênea, é uma avaliação completamente distorcida da realidade. Ela comporta pelo menos uma centena de paisagens diferentes e únicas. Somente com base na interação entre vegetação e solo, a região pode ser dividida em zonas com domínio da vegetação hiperxerófila (34,3%); vegetação hipoxerófila (43,2%); ilhas úmidas (9,0%); agreste e área de transição (13,4%) (SILVA et al., 2004).

As ecorregiões do bioma caatinga ou as grandes unidades de paisagem são as seguintes: Chapadas Altas; Chapada Diamantina; Planalto da Borborema; Superfície Retrabalhada; Depressão Sertaneja; Superfícies Dissecadas dos Vales do Guruguéia, Parnaíba, Itapecuru e Tocantins; Bacias Sedimentares; Superfícies Cársticas; Áreas de Dunas Continentais, Maciços e Serras Baixas³ (SILVA et al., 2004).

Ao invés de uma paisagem monótona, o que percebemos é que o semiárido brasileiro é extremamente diversificado e ainda muito pouco conhecido no que diz respeito aos recursos naturais, dos quais muitos já se perderam sem que ao menos nos déssemos conta.

O segundo mito, de que a biota da caatinga é pobre em espécies e em endemismos, também não corresponde à realidade. Dos biomas expostos às mesmas condições de clima e solo, a caatinga é o que apresenta maior diversidade. A fauna da caatinga tem sido reconhecida como depauperada, com informação de que contaria com apenas oitenta espécies de mamíferos, com menção de um único caso de endemismo. Contudo, informações geográficas passíveis de mapeamento, conjugadas com informações acerca de espécimes depositadas em museus de História Natural, relacionaram pelo menos 148 espécies de mamíferos, das quais 10 seriam endêmicas. Além disso, podemos mencionar répteis e anfíbios, entre lagartos, anfíbios, serpentes, crocodilianos, etc., bem como uma enorme quantidade de aves, sendo que a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) desde 2000 não foi mais encontrada em liberdade, sendo considerada desde então extinta na natureza.

O terceiro mito, de que a caatinga é, contudo, um bioma ainda pouco alterado, também não corresponde à realidade. Nenhum outro bioma brasileiro tem tão poucas unidades de conservação de proteção integral quanto a caatinga. Além da degradação pelo extrativismo sem qualquer planejamento, muitos planos regionais de desenvolvimento, bem como sucessivas ações governamentais para melhora da qualidade de vida da população sem a inclusão do componente ambiental em seus planos, têm contribuído cada vez mais para a destruição de recursos biológicos. O que, por conseguinte, não trouxe qualquer benefício para a população local, haja vista essa continuar apresentando os piores indicadores de qualidade de vida do Brasil (SILVA et al., 2004). A área do trópico semiárido (TSA) afetada por degradação ambiental é de mais de 20 milhões de hectares, o que corresponde a 22% da área, concentrando-se desditosamente no que corresponde a quase 66% da região mais seca do TSA, contribuindo para o fenômeno de desertificação (SILVA et al., 2004).

Regiões de solos brunos não cálcicos e relevo ondulado e suave-ondulado são os que sofreram um grau mais severo de degradação e representam mais de 38% da área mais seca do TSA. Há vários indícios de que no passado, tal região apresentava mata seca de alto porte dominada por baraúnas, aroeiras, pereios e catingueiras-verdadeiras. Essa mata seca, no entanto, reduziu-se a uma vegetação rala de juremos sobre uma relva de capim-panasco.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2004), quatro áreas inspiram maior preocupação. A primeira delas corresponde às margens do rio São Francisco, local onde houve uma intensa extração de madeira para abastecer as caldeiras dos barcos a vapor que faziam o transporte fluvial da região. Isso levou a um empobrecimento da vegetação ribeirinha causando o desbarrancamento com o processo erosivo e o assoreamento a ele associado.

A segunda região de maior preocupação corresponde aos locais de aquíferos subterrâneos em áreas sedimentares. Eles são utilizados para consumo humano e/ou irrigação, porém, o uso não sustentável associado ao desmatamento e às queimadas, rompem o ciclo de recarga, fazendo com

que haja um rebaixamento nos níveis piezométricos, o que poderá comprometer seriamente a acumulação de água num futuro próximo.

Em terceiro lugar, a preocupação recai sobre locais de atividade mineradora, como por exemplo, o polo gesseiro da Chapada do Araripe que vem continuamente valendo-se de recursos vegetais da caatinga como principal elemento na calcinação da gipsita, causando a total devastação da biota nativa.

Finalmente, a quarta sub-região a ser destacada são as zonas onde a desertificação encontra-se em processo acelerado, em níveis que vão desde moderado até severo. A exploração da vegetação nativa com consequente degradação ambiental, potencializada pela ocorrência de secas, tem gerado um processo devastador acelerado, além de fragilidade econômica e social.

Todas as questões mencionadas até aqui trazem o semiárido brasileiro à pauta do dia a diversos campos do saber como a Biologia, a Ecologia, a Geografia, a Zoologia e as Ciências Sociais como a Antropologia, a Sociologia e a História.

A demarcação de novas áreas de proteção em território que, apesar de tipicamente brasileiro tem sofrido há séculos com o descaso, tornou-se tema frequente em estudos e debates sobre a área. Cabe à História um importante papel nessa pauta de discussões, pois ao visitarmos a visão de autores do passado como Capistrano de Abreu, percebemos que a relação do homem com o meio é permeado pela cultura.

Atribuir historicidade à conquista do semiárido e ao papel daquele bioma na formação do caráter nacional, não somente enriquece a percepção de como homens da ciência pensavam a formação de uma cultura tipicamente nacional, como lança luz à própria conquista daquele território e ao processo de desertificação que este sofreu e vem sofrendo ao longo de sua ocupação.

O gado visto por Capistrano como elemento fundamental na conquista daquela área foi também elemento de destruição do bioma nativo.

Como a pecuária exigia um capital inicial muito pequeno em relação à empresa açucareira, tal atividade tornou-se refúgio de colonos que contavam com recursos modestos. Porém, a criação de gado não era exclusivamente um empreendimento de pessoas de pouca renda. Gorender afirma que muitos senhores de engenho eram paralelamente proprietários de grande número de cabeças de gado; estas, no entanto, não disputavam o precioso solo massapê com a lucrativa cana-de-açúcar, mas ocupavam as áreas da caatinga sob o cuidado tanto de escravos como de homens livres⁴. Logo, a empresa açucareira e, posteriormente, a mineradora, contaram com o apoio do gado na produção de leite, queijos, carne e os produtos derivados do couro. (GORENDER, 1978).

O gado cresceu rapidamente em número e além de servir de alimento para os engenhos, era tangido por vaqueiros até os maiores centros populacionais para ali ser vendido. Em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano de Abreu relata que o gado era levado para as proximidades da capital da Bahia semanalmente em número de 100, 150, 200, 300 cabeças e havia épocas do ano em que a cada dia as boiadas chegavam (ABREU, 2006).

Maria Yeda Linhares afirma que em meados do século XVIII, a pecuária, apesar dos muitos impecílios devido ao agravamento das secas, já exercia importante posição social e cultural no Brasil, “completando-se a obra de colonização – parte de um processo civilizatório”, nas palavras

da autora. Também afirma que segundo Antonil, ao iniciar o século das Minas Gerais, o sertão baiano contava com 500 mil cabeças de gado *vacum* ao passo que Pernambuco, com 500 mil (LINHARES, 1995).

Trabalhos recentes mostram o quanto a expansão do gado na caatinga de forma não sustentável tem contribuído para a desertificação daquele bioma. Em muitas regiões, as plantas nativas são substituídas especialmente por grama-estrela africana, o que leva a uma homogeneização com sérias consequências para o meio ambiente. As pastagens nativas apresentam uma diversidade muito maior do que as plantadas e são uma forma de conciliar o uso e a manutenção da biodiversidade. Porém, é necessário um planejamento adequado de forma que a capacidade suporte e tais pastagens sejam respeitadas (SILVA et al. 2004).

As pastagens da área de caatinga suportam grande população de animais domésticos (bovinos, caprinos e ovinos), porém o que ocorre em geral em quase todas as áreas, é que a capacidade recomendada tende a ser ultrapassada com uma sobrecarga de animais por hectare. Nesse caso, os animais alimentam-se não só das pastagens, mas também dos restos das culturas e, em muitos casos, de rações adquiridas fora da propriedade, principalmente nas épocas de seca (*Ibid*).

Segundo recente trabalho produzido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e outras instituições, em muitos municípios, a lotação é maior do que de um animal por hectare, enquanto em área de caatinga nativa seriam necessários mais de dez hectares para suportar um animal durante todo o ano.

O excesso de lotação fica mais patente na Paraíba e Rio Grande do Norte, que apresentam baixa proporção de pastos plantados e que tiveram aproximadamente metade dos municípios com lotação acima de um animal por hectare. O excesso atinge o auge em Pernambuco e, especialmente no Ceará onde quase não há municípios com mais de 30% de pastagens plantadas, mas, aproximadamente cerca de 4/5 deles apresenta lotação acima de um animal por hectare. Os estados do Piauí e Maranhão apresentam situação semelhante, com lotações altas apesar da baixa proporção de pastos plantados e nativos (SILVA et al. 2004).

O excesso de animais por hectare tem efeito devastador para as populações de animais e plantas nativas. Os animais sofrem com a competição e muitos podem chegar à extinção, e as plantas correm o mesmo perigo já que as espécies mais palatáveis tendem a sofrer uma grande pressão reduzindo sua incidência, enquanto espécies vegetais não consumidas pelo rebanho tendem a aumentar drasticamente. Espécies arbóreas ou arbustivas também tendem a sofrer com a superpopulação dos rebanhos, pois os indivíduos jovens tendem a ser consumidos pelos animais ou pisoteados, o que impede a replicação de tais espécies. (*Ibid*).

O diálogo entre a historiografia atual e a historiografia de autores do passado, para os quais o meio ambiente era variável importante na análise histórica, como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre citados na epígrafe deste artigo, pode trazer contribuição inestimável para a perspectiva histórica voltada para o meio ambiente.

Evidentemente, tal diálogo não tem por objetivo resgatar a visão de autores com o intuito de “reviver” seus pontos de vista acerca da natureza, mas atribuir historicidade à análise de integração entre o homem e meio ambiente, visto que o temor do determinismo geográfico acabou por banir

quase completamente dos estudos de história contemporânea a perspectiva do homem como inserido no meio em que constrói seu modo de vida.

Os escritos de Capistrano de Abreu acerca da caatinga e a formação de uma cultura tipicamente brasileira naquele ambiente constitui-se fonte bastante rica de análise. Tais escritos, mediados pelo método, fornecem aos estudos de História Ambiental maior profundidade historiográfica e também contribui para uma visão sustentável de utilização do semiárido brasileiro.

NOTAS

¹ opcaotur@ism.com.br

¹ Fernand Braudel, posteriormente, propõe um tipo de análise semelhante. (BRAUDEL, F. “Há uma Geografia do Indivíduo Biológico?”. In: Escritos sobre a história. São Paulo: Ed Perspectiva, 1992).

² Dados retirados do Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas (Janeiro de 2005).

³ Incluindo-se as áreas mistas, onde a caatinga faz fronteira com o Cerrado, a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e os Campos Sulinos.

⁴ Embora autores como Nelson W. Sodré afirmem que a pecuária seria incompatível com o trabalho escravo, Gorender, recorrendo a fontes primárias, mostra que havia um grande número de escravos ocupados da criação de gado lado a lado com trabalhadores livres (GORENDER, 1978).

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800) & Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 5ª. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1962. (337p).

_____. **O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no séc. XVI**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (210p).

_____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (156p).

_____. RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Três volumes. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira/INL/MEC, 1977. (I, 452p); (II, 546p) e (III, 444p).

_____. **Ensaio e estudos: crítica e história**, 1ª. série. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975. (240p).

_____. **Ensaio e estudos: crítica e história**, 2ª. série. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975. (249p).

_____. **Ensaio e estudos: crítica e história**, 3ª. série. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975. (259p).

_____. **Ensaio e estudos: crítica e história**, 4ª. série. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976. (322p).

_____. **Capítulos da história colonial**. Brasília: Ed. Senado Federal. 2006. (237p).

ARNOLD, David. **La Naturaleza como problema histórico** – El medio, La cultura y La expansion de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. (177p).

BRAUDEL, F. “**Há uma Geografia do Indivíduo Biológico?**”. In: Escritos sobre a história. São Paulo: Ed Perspectiva, 1992. (p.143 – 161).

BUCKLE, Henry Thomas. **Histoire de la Civilisation en Angleterre**. Bruxelles: Typ. A. Lacroix, Vol. I. 1865. (359p).

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ediouro. 2003. (767p).

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961. (183p).

CARTILHA DO IBAMA, **Manejo Florestal sustentado da Caatinga**. Brasília: IBAMA, 1999. (33p).

GONTIJO, Rebeca. **História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu**. História, São Paulo, v.24, N.2, P.159-185, 2005. On line: disponível na internet via <http://www.fag.edu.br/professores/daniel/f/5%20serie/transporte.pdf>. Arquivo consultado em 28 de julho de 2008.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1978. (592p).

GROVE, R. **Green Imperialism**: Colônia Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism. Cambridge, 1995. (p.1-72).

Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordeste e do Polígono das Secas. Relatório final. Brasília, 2005. (118p).

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. (232p).

LINHARES, M. Yedda. **Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (século XVII e XVIII)**. On line: disponível na internet via http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Arquivo consultado em 28 de julho de 2008.

OLIVEIRA, L.L. **A conquista do espaço**: sertão e fronteira no pensamento do Brasil. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. V (suplemento) 195 -215. julho, 1998. On line: disponível na internet via http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400011&script=sci_arttext&tlng=pt. Arquivo consultado em 28 de julho de 2008.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista 1786/1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SOUSA, R. A. S. de.

SILVA, José Maria Cardoso da et alli (orgs.). **Biodiversidade da Caatinga** – áreas e ações prioritárias para conservação. Ministério do Meio Ambiente, Univ. Federal de Pernambuco, Fund. de Apoio ao desenvolvimento da UFPE, Conservation Intl. do Brasil, Fundação Biodiversitas, EMBRAPA semiárido. Brasília, 2004. (382p).